EXÉRCITO

Comando do Pessoal

Direção de Administração de Recursos Humanos

Repartição de Pessoal Civil

Despacho (extrato) n.º 13567/2015

Artigo único

Por despacho de 10 de novembro de 2015, do Tenente-General Ajudante-General do Exército, proferido no uso de competência delegada, é subdelegada no Major-General Carlos Henrique de Aguiar Santos, Presidente da Secção Autónoma n.º 5 (SA 5) do Conselho Coordenador da Avaliação do Exército, a competência em si delegada, para a prática dos seguintes atos, no âmbito da respetiva Secção Autónoma:

- a) Validar as avaliações de “desempenho relevante” e “desempenho inadequado” bem como proceder ao reconhecimento do “desempenho excelente”;
- b) Homologar as avaliações;
- c) Decidir das reclamações dos avaliados;
- d) Nomear avaliador específico que elaborará proposta de avaliação, a entregar à Secção Autónoma (SA), com vista à avaliação requerida pelos trabalhadores que se encontrem nas situações previstas nos n.ºs 3, 5 e 7 do artigo 42.º da Lei n.º 66-B/2007 de 28 de dezembro (SIADAP);
- e) Presidir à SA e designar os dirigentes que a integram, nos termos da lei (n.º 2 do artigo 58.º do SIADAP);
- f) Designar, pelo período de dois ciclos de avaliação, os 4 vogais representantes da Administração na Comissão Paritária (dois efetivos, um dos quais orienta os trabalhos, e dois suplentes. Os vogais são membros da SA) (n.º 3 do artigo 59.º do SIADAP);
- g) Submeter à apreciação da Comissão Paritária os requerimentos fundamentados dos trabalhadores que solicitem a intervenção deste órgão sobre as propostas de avaliação de que tomaram conhecimento e que serão sujeitas a homologação (n.º 1 e 2 do artigo 70.º do SIADAP);
- h) Atribuir, no caso do n.º 5 do artigo 69.º do SIADAP, nova menção qualitativa e quantitativa e respetiva fundamentação, quando decidir pela não homologação das avaliações atribuídas pelos avaliadores ou pela SA (n.º 2 do artigo 60.º do SIADAP);
- i) Proceder a nova avaliação, quando for proferida decisão favorável ao trabalhador em sede de recurso hierárquico ou jurisdicional, sempre que não seja possível ao novo superior hierárquico proceder à sua revisão (n.º 3 do artigo 73.º do SIADAP).

Produção de efeitos — este despacho produz efeitos desde 17 de agosto de 2015, ficando deste modo ratificados todos os atos e despachos entretanto proferidos sobre as matérias ora objeto de delegação.

11 de novembro de 2015. — O Chefe da Repartição, *Álvaro Manuel Claro Guedes Seixas Rosas*, COR CAV.

209110704

Despacho (extrato) n.º 13568/2015

Artigo único

Por despacho de 10 de novembro de 2015, do Tenente-General Ajudante-General do Exército, proferido no uso de competência delegada, é subdelegada no Major-General Isidro de Moraes Pereira, Presidente da Secção Autónoma n.º 1 (SA 1) do Conselho Coordenador da Avaliação do Exército, a competência em si delegada, para a prática dos seguintes atos, no âmbito da respetiva Secção Autónoma:

- a) Validar as avaliações de “desempenho relevante” e “desempenho inadequado” bem como proceder ao reconhecimento do “desempenho excelente”;
- b) Homologar as avaliações;
- c) Decidir das reclamações dos avaliados;
- d) Nomear avaliador específico que elaborará proposta de avaliação, a entregar à Secção Autónoma (SA), com vista à avaliação requerida pelos trabalhadores que se encontrem nas situações previstas nos n.ºs 3, 5 e 7 do artigo 42.º da Lei n.º 66-B/2007 de 28 de dezembro (SIADAP);
- e) Presidir à SA e designar os dirigentes que a integram, nos termos da lei (n.º 2 do artigo 58.º do SIADAP);
- f) Designar, pelo período de dois ciclos de avaliação, os 4 vogais representantes da Administração na Comissão Paritária (dois efetivos, um dos quais orienta os trabalhos, e dois suplentes. Os vogais são membros da SA) (n.º 3 do artigo 59.º do SIADAP);

g) Submeter à apreciação da Comissão Paritária os requerimentos fundamentados dos trabalhadores que solicitem a intervenção deste órgão sobre as propostas de avaliação de que tomaram conhecimento e que serão sujeitas a homologação (n.º 1 e 2 do artigo 70.º do SIADAP);

h) Atribuir, no caso do n.º 5 do artigo 69.º do SIADAP, nova menção qualitativa e quantitativa e respetiva fundamentação, quando decidir pela não homologação das avaliações atribuídas pelos avaliadores ou pela SA (n.º 2 do artigo 60.º do SIADAP);

i) Proceder a nova avaliação, quando for proferida decisão favorável ao trabalhador em sede de recurso hierárquico ou jurisdicional, sempre que não seja possível ao novo superior hierárquico proceder à sua revisão (n.º 3 do artigo 73.º do SIADAP).

Produção de efeitos — este despacho produz efeitos desde 22 de outubro de 2015, ficando deste modo ratificados todos os atos e despachos entretanto proferidos sobre as matérias ora objeto de delegação.

11 de novembro de 2015. — O Chefe da Repartição, *Álvaro Manuel Claro Guedes Seixas Rosas*, COR CAV.

209110623

MINISTÉRIO DA ADMINISTRAÇÃO INTERNA

Gabinete do Ministro

Louvor n.º 1186/2015

Por proposta do Secretário de Estado da Administração Interna, louvo o Comandante José Manuel Moura, pela forma notável e exímia como tem desempenhado as suas funções enquanto Comandante Operacional Nacional da Autoridade Nacional de Proteção Civil (CO-NAC/ANPC).

É de inteira justiça o reconhecimento das suas extraordinárias qualidades humanas e profissionais, da forma distinta e empenhada, rigorosa e muito competente que revelou no exercício das suas funções, nomeadamente nos momentos mais exigentes.

Detentor de um inabalável sentido de missão, de preocupação com o próximo, de brio, profissionalismo, de conhecimentos técnicos e procedimentos operacionais, desempenha de forma exemplar as suas funções enquanto Comandante Operacional Nacional, numa constante aliança entre responsabilidade, serenidade e capacidade de resposta aos mais exigentes desafios.

Tendo desenvolvido o planeamento e a coordenação dos recursos e meios de proteção e socorro ao longo do território nacional, a sua enorme capacidade de trabalho, espírito de resiliência, dedicação e empenho, fizeram com que fosse um elemento basilar na persecução dos bons resultados alcançados nos períodos mais críticos, nomeadamente no decurso dos meses mais exigentes do Dispositivo de Combate aos Incêndios Florestais de 2015.

Pelas capacidades enunciadas e reveladas, pelas qualidades acima expostas, que em muito contribuíram para a afirmação e consolidação do Sistema Integrado de Operações de Proteção e Socorro ao longo de todo o território nacional, mais do que isso, para a salvaguarda e proteção das pessoas e bens do nosso País, é o CONAC José Manuel Moura merecedor que os seus serviços sejam considerados como relevantes, extraordinários e distintos, de esclarecido e excecional zelo, tendo contribuído significativamente para o prestígio, lustre e honra da ANPC, para o Ministério da Administração Interna e para Portugal.

10 de novembro de 2015. — O Ministro da Administração Interna, *João Calvão da Silva*.

209133296

Gabinete do Secretário de Estado da Administração Interna

Despacho n.º 13569/2015

Considerando que por meu despacho de 26 de outubro de 2015, concedi louvor ao Comandante Operacional Nacional da Autoridade Nacional de Proteção Civil, José Manuel Moura, que veio a ser publicado no *Diário da República*, 2.ª série, de 9 de novembro, sob o n.º 805/2015;

Considerando que o desempenho de funções do Comandante José Manuel Moura é merecedor de reconhecimento ao mais alto nível por parte do Ministério da Administração Interna;

Considerando que, por esse motivo, apresentei proposta a S. Ex.ª o Ministro da Administração Interna, para concessão de louvor ao Co-

mandante Operacional Nacional da Autoridade Nacional de Proteção Civil;

Revogo o louvor n.º 805/2015, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, de 9 de novembro de 2015.

10 de novembro de 2015. — O Secretário de Estado da Administração Interna, *João Rodrigo Pinho de Almeida*.

209108461

Despacho n.º 13570/2015

1 — Ao abrigo das competências conferidas pelo despacho do Ministro da Administração Interna n.º 13024-D/2015, de 13 de novembro, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 224, de 16 de novembro de 2015, nos termos do disposto nos artigos 44.º a 50.º e n.º 3 do artigo 164.º, todos do Código do Procedimento Administrativo (CPA), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 4/2015, de 7 de janeiro, nos n.ºs 2 e 3 do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 11/2012, de 20 de janeiro e do artigo 109.º do Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, delego no chefe do meu gabinete, André Bruno Bastardo de Miranda Boavida, os poderes legalmente conferidos aos dirigentes titulares de cargos de direção superior de 1.º grau nos termos do n.º 1 do artigo 7.º da Lei n.º 2/2004 de 15 de janeiro, bem como a competência para a prática dos seguintes atos:

- a) Gerais de gestão do pessoal afeto ao meu gabinete;
- b) Proceder à gestão orçamental do gabinete, incluindo a alteração das rubricas orçamentais que se revelem necessárias à sua execução, bem como a respetiva preparação, nos termos da lei;
- c) Autorização para a realização de despesas por conta do orçamento do gabinete, incluindo despesas eventuais de representação;
- d) Autorização da constituição de fundo de maneiço do gabinete, nos termos do artigo 32.º do Decreto-Lei n.º 155/92, de 28 de julho;
- e) Coordenar grupos de trabalho que funcionem no âmbito desta Secretaria de Estado;
- f) Autorizar o pessoal do gabinete a conduzir viaturas do Estado afetas ao gabinete, nos termos previstos no Decreto-Lei n.º 490/99, de 17 de novembro;
- g) Autorizar a atribuição dos abonos e regalias a que os funcionários ou agentes tenham direito, designadamente o gozo e a acumulação de férias, justificação de faltas e abono em virtude da recuperação de vencimentos de exercício por motivo de doença, nos termos da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho e da Lei n.º 64/2011, de 22 de dezembro;
- h) Autorizar a prestação de trabalho suplementar que em circunstâncias excecionais e delimitadas no tempo ultrapasse os limites legalmente estabelecidos, nos termos da alínea b), do n.º 3 do artigo 120.º da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho e respetiva despesa;
- i) Autorizar as deslocações em serviço do gabinete em território nacional ou no estrangeiro, qualquer que seja o meio de transporte, bem como o processamento das correspondentes despesas com deslocações e estadia e o abono das correspondentes ajudas de custo, nos termos do Decreto-Lei n.º 192/95, de 28 de julho e do Decreto-Lei n.º 106/98 de 24 de abril;
- j) Autorizar a inscrição e participação do pessoal do gabinete, quer em território nacional quer no estrangeiro, em ações de formação, seminários, congressos ou outros eventos de natureza similar;
- k) Autorizar a requisição do passaporte especial a favor de individualidades que tenham de se deslocar ao estrangeiro por conta do gabinete, nos termos do Decreto-Lei n.º 83/2000, de 11 de maio.

2 — Delego, ainda, no chefe do meu gabinete, competências genéricas para despachar assuntos de gestão corrente do gabinete, bem como as especialmente atinentes a processos que nele tramitem e sobre os quais existam orientações prévias, designadamente respostas a requerimentos.

3 — A delegação prevista nos números anteriores inclui o poder de subdelegar, quando legalmente admissível.

4 — Ratifico todos os atos praticados pelo chefe do meu gabinete, no âmbito das competências delegadas, desde o dia 30 de outubro de 2015.

17 de novembro de 2015. — O Secretário de Estado da Administração Interna, *João Rodrigo Pinho de Almeida*.

209125666

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

Gabinete do Ministro

Despacho n.º 13571/2015

1 — Ao abrigo do disposto no n.º 2 do artigo 3.º, no n.º 8 do artigo 4.º, nos n.ºs 1, 2 e 3 do artigo 11.º e no artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 11/2012 de 20 de janeiro, designo para o exercício de funções de apoio técnico-

-administrativo ao meu gabinete, Ana Cristina Araújo Abrunhosa Espinheira e Nuno Manuel Siquenique Falé, com fundamento na experiência acumulada no exercício de funções de apoio técnico-administrativo em gabinetes ministeriais, e, no caso do segundo, também, como elemento de ligação com o Centro de Gestão da Rede Informática do Governo.

2 — Para efeitos do disposto no artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 11/2012, de 20 de janeiro, as notas curriculares dos designados são publicadas em anexo ao presente despacho, que produz efeitos desde 30 de outubro de 2015.

3 — Publique-se no *Diário da República* e promova-se a respetiva publicitação na página eletrónica do Governo.

11 de novembro de 2015. — O Ministro da Justiça, *Fernando Mimoso Negrão*.

Nota curricular

Dados Pessoais

Nome: Ana Cristina Araújo Abrunhosa Espinheira
Nascida em 20/07/1972, na freguesia de S. Sebastião da Pedreira, Lisboa.

Habilitações Académicas

Curso de Técnico de Gestão de Ambiente, nível III.

Experiência Profissional

1 — De 30 de dezembro de 2013 a 29 de outubro de 2015, designada ao abrigo do Decreto-Lei n.º 11/2012, de 20 de janeiro, para o exercício de funções de apoio técnico administrativo no Gabinete do Secretário de Estado da Justiça;

2 — De 1 de janeiro de 2012 a 29 de dezembro de 2013, designada ao abrigo do Decreto-Lei n.º 11/2012, de 20 de janeiro, para o exercício de funções de apoio técnico administrativo no Gabinete do Secretário de Estado da Administração Patrimonial e Equipamentos do Ministério da Justiça;

3 — De 20 de maio de 1996 a 31 de dezembro de 2011, contratada ao abrigo da parte final do artigo 11.º do Decreto-Lei n.º 262/88, de 23 de julho, para os gabinetes dos membros do Governo na área da Justiça, para o desempenho de funções de apoio técnico, nomeadamente, funções de tratamento informático, documental, legislativo e de expediente;

4 — De setembro de 1992 a março de 1995, desempenhou funções administrativas na área da contabilidade e na gestão de stocks na empresa Gaspar Correia, S. A.;

5 — De junho a agosto de 1992, desempenhou funções administrativas no Programa “Cidadão e Justiça”.

Formação Complementar

Curso “Organização do Trabalho de Apoio Administrativo” — INA; Diversos módulos de Informática na ótica do utilizador: Word, Excel, Access, Gestão Documental SmartDocs;

Curso de Oficiais Administrativos: Introdução à Administração Pública;

Curso Intensivo para Liquidadores Tributários.

Nota curricular

Dados Pessoais

Nome: Nuno Manuel Siquenique Falé
Data de Nascimento: 27 de setembro de 1979

Habilitações Académicas e Profissionais

Curso de Formação Profissional de Desenvolvimento de Conteúdos WEB, PedraBase — Consultoria e Formação, Lisboa, 2015;

Bacharel em Tecnologia e Programação de Sistemas de Informação, FORINO — Associação para a Escola de Novas Tecnologias, Lisboa (2008-2010);

Estágio de programação, ITIJ — Instituto das Tecnologias de Informação na Justiça, Lisboa (abril 2010-outubro 2010);

Curso Contabilidade Geral + Fiscalidade, IPF — Instituto Português de Formação, Miraflores (2005-2006);

Curso de Fiscalidade, IPF — Instituto Português de Formação, Miraflores, 2006;

Estágio de técnico de gestão, Câmara Municipal de Elvas, 1999;

Estágio de técnico de gestão, EEC — Estudos Económicos e Contabilidade, Redondo, 1998;

Curso de Técnico de Gestão/Pequenas e Médias Empresas e Cooperativas, EPRAL — Escola Profissional da Região Alentejo, Vila